



# **EDITAL**

## **PREGÃO ELETRÔNICO** **Nº 90013/2026**



## **PREÂMBULO**

Torna-se público para conhecimento dos interessados, que o Município de Tanguá, **através da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil**, realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, cujo Edital recebeu o nº **90013/2026**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

A Licitação será do tipo **menor preço, modo de disputa aberto** e será regida pela Lei nº 14.133/2021, pelos Decretos Municipais atinentes ao tema, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

## **DO PREGÃO**

Abertura da sessão do Pregão Eletrônico: Dia: 05/ 05 /2026 às 14:00h  
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

O Edital, na íntegra, está disponível para download através do site oficial da Prefeitura <http://www.tangua.rj.gov.br>, no Portal de Compras do Governo Federal <https://www.compras.gov.br>, e no Portal Nacional de Compras Públicas, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Na hipótese da licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

### **1. OBJETO E ANEXOS DO EDITAL**

**Aquisição de 02 (dois) veículos automotores novos (zero quilômetro), destinados ao atendimento das demandas operacionais do Departamento de Trânsito do Município de Tanguá, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

#### **1.1. Compõem o presente instrumento, os seguintes anexos:**

- 1.1.1. Anexo I – Modelo de Proposta Comercial;**
- 1.1.2. Anexo II – Minuta do Contrato**
- 1.1.3. Anexo III – Termo de Referência**
- 1.1.4. Anexo IV – Planilha Orçamentária**



## **2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **2.1. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Artigo 6º, XXIII, “j” da Lei 14.133/2021)**

**2.1.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura do Município de Tanguá, advindo de Emenda Parlamentar.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**I)** Gestão/Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria de Segurança Pública

**II)** Fonte de Recursos: 17060000

**III)** Programa de Trabalho: 16.001.001.06.181.0004.1167 – Aquisição de Viatura para a Guarda Municipal

**IV)** Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

**V)** Detalhamento: 4.4.90.52.99.00 – Outros Equipamentos e Materiais Permanentes

**VI)** Ficha: 770

**VII)** Modalidade de empenho: Global

## **3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA**

**3.1.** Menor Preço por Item;

**3.2.** Modo de disputa aberto.

## **4. PRAZO CONTRATUAL E DE ENTREGA**

**4.1.** O prazo contratual será conforme estabelecido no **item 1.4.** do Termo de Referência – Anexo III.

**4.2.** O prazo de entrega, será conforme estabelecido no **item 5.2.** e seus subitens do Termo de Referência – Anexo III.

## **5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** Poderão participar da presente Licitação, todas as empresas interessadas e que preencham os requisitos da qualificação exigidos nesse Edital;

**5.2.** Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.



**5.3.** Não serão admitidas à Licitação as empresas suspensas pela administração do direito de licitar, no prazo e nas condições de impedimento. As declaradas inidôneas pela administração direta ou indireta, inclusive fundações, nos níveis Federais, Estaduais e Municipais, bem como as que estiverem em regime de concordata ou falência;

**5.4.** Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**5.5.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.6.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**5.7.** Devido à natureza do objeto, que não possui qualquer complexidade, não será permitida a participação em consórcio;

**5.8.** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://www.compras.gov.br>.

## **6. CREDENCIAMENTO**

**6.1.** As interessadas em participar deste certame deverão cadastrar operador, devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras;

**6.2.** A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;



6.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema;

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## **7. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTA DE PREÇOS**

7.1. As licitantes deverão apresentar suas propostas no site <https://www.compras.gov.br>, incluindo o preço e a marca/modelo (conforme solicita o sistema) até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio da proposta;

7.2. Não poderão constar nas propostas cadastradas qualquer menção à empresa proponente, tais como nomes, logos, timbres, nº de inscrições como CNPJ e IE, e ou quaisquer outro que possa de alguma forma sugerir qual a empresa que está apresentando a proposta, sob pena de desclassificação das mesmas;

7.3. As licitantes deverão elaborar suas propostas com base nas especificações contidas nos Anexo I, III e IV deste edital, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação;

7.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas;

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação;



**7.6.** A validade dos preços e condições da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da Sessão de Julgamento do referido Pregão Eletrônico.

## **8. PROCEDIMENTO NO JULGAMENTO**

**8.1.** A presente Licitação será processada e julgada em sessão pública eletrônica, com observância do seguinte procedimento:

**8.1.1.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**8.1.2.** Serão desclassificadas as propostas que em qualquer parte do seu texto ou teor, faça menção à Licitante, ou qualquer outro vínculo que possa identificar ou sugerir a empresa licitante que a apresentou;

**8.1.3.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

**8.1.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

**8.1.5.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

**8.1.6.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,01;

**8.1.7.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;

**8.1.8.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.1.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.1.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



**8.1.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**8.1.12.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.1.13.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**8.1.14.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

**8.1.15.** Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame publicada no [compras.gov.br](http://compras.gov.br), quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura;

**8.1.16.** Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta;

**8.1.17.** Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

**8.1.18.** Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

**8.1.19.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

**8.1.20.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes;

**8.1.21.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, conforme item 9 e seus subitens todos deste instrumento convocatório.

**8.1.22.** Os documentos de habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante melhor classificado.

**8.1.22.1.** O Pregoeiro concederá prazo mínimo de 2 (duas) horas para que o licitante envie, por meio de ferramenta disponível no sistema, a documentação de habilitação exigida neste edital.



**8.1.23.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

**8.1.24.** Verificado o atendimento das exigências fixadas, o Licitante será declarado pelo Pregoeiro habilitado e vencedor do certame;

**8.1.25.** Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

**8.1.26.** Todos os atos praticados nas sessões constarão em Ata que estará a disposição para consulta ou retirada por qualquer interessado no site [compras.gov.br](http://compras.gov.br).

## **9. HABILITAÇÃO**

**9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

**9.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;

**9.1.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

**9.1.3.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

**9.1.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

**9.1.5.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação; e

## **9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**



**9.2.1.** Conforme **item 10.1** e seus subitens do Termo de Referência – Anexo III;

### **9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**9.3.1.** Conforme **item 10.3** e seus subitens do Termo de Referência – Anexo III;

### **9.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**9.4.1.** Conforme **item 10.2** e seus subitens do Termo de Referência – Anexo III;

**9.4.1.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**9.4.2.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

### **9.5. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**8.5.1.** Conforme **item 4.2** do Termo de Referência – Anexo III;

### **8.5.2 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

**8.5.2.1-** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação:

- a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.
- c) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.



- d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- e) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- g) cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- h) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- i) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- j) Profissionais organizados sob a forma de cooperativa - Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **10. FORMA DE PAGAMENTO**

**10.1.** Uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada em até no 20º (vigésimo) dia da data de adimplemento da obrigação e após efetivo recebimento do objeto, sendo que a contratada deverá encaminhar juntamente a nota fiscal, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo III);

**10.2.** Na hipótese de a cobrança apresentar erros, a Contratante devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição;

**10.3.** O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer do prazo indicado no item 9.1, sem a multa e a compensação financeira;

**10.4.** Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante;

**10.5.** Fica o licitante ciente que por ocasião do pagamento poderá ser verificada sua situação quanto à regularidade da documentação apresentada para a habilitação no certame;



**10.6.** O documento de cobrança será apresentado a Prefeitura do Município de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/0001-00 para que seja atestado;

## **11. REAJUSTAMENTO**

**11.1.** Os preços pactuados serão fixos e irredutíveis durante a vigência do contrato.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

**12.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital; a impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do e-mail: [licitacao@tangua.rj.gov.br](mailto:licitacao@tangua.rj.gov.br);

**12.2.** Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação;

**12.3.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

**12.4.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do e-mail: [licitacao@tangua.rj.gov.br](mailto:licitacao@tangua.rj.gov.br);

**12.5.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração;

**12.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

**12.7.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

**12.8.** As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do sistema e vincularão os participantes e a Administração.



**12.9.**

**13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

**13.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**14.1.** A recusa da adjudicatária em retirar o empenho dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas;

**14.2.** Pela inexecução total ou parcial, o Município de Tanguá poderá aplicar uma das seguintes sanções garantida a prévia defesa:

**14.2.1.** Advertência;

**14.2.2.** Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia sobre o valor do empenho, até o período máximo de 3 (Três) dias úteis;

**14.2.3.** Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do empenho, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;

**14.2.4.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração;

**14.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**14.2.6.** As sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas juntamente e não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantindo a defesa prévia, no prazo e condições fixados no Edital;

**14.2.7.** As sanções previstas poderão ser aplicadas às Licitantes que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista:

**14.2.7.1.** Tenham sofrido condenações por praticarem por meios dolosos, fraudes fiscais, no recolhimento de quaisquer tributos;

**14.2.7.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Licitação;

**14.2.7.3.** Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.



**14.2.7.4.** As demais condições estão previstas no Termo de Referência – Anexo III.

## **15. RECURSOS**

**15.1.** Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo pregoeiro no Sistema de Compras (compras.gov.br), motivadamente manifestar, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões;

**15.2.** Será concedido o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas para, caso queiram, apresentarem contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos;

**15.3.** A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recorrer;

**15.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

**15.5.** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

**15.6.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**15.7.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances;

**15.8.** No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **16. FORO**

**16.1.** A comarca de Itaboraí /RJ é o foro competente para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou demandas a esta Licitação e a adjudicação dela decorrente.



## **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1.** Fica reservado à Contratante, o direito para resolver todo e qualquer caso singular omissos ou lacunosos não previstos no Edital e na documentação nele mencionada, bem como em tudo o que se relacione, direta ou indiretamente, com o fornecimento em questão;

**17.2.** A Licitação a que se refere este Edital poderá ser adiada, revogada pela Autoridade Competente, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e pertinente ou anulada de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável (Art. 71 da Lei 14.133/2021);

Tanguá, 13 de abril de 2026.

**Raphael Monteiro Chagas**

Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil  
Mat. 11.742



**ANEXO - I - PROPOSTA COMERCIAL**

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	01	Unidade	<b>AUTOMÓVEL BÁSICO</b> Veículo zero quilômetro; tipo pick up compacta - Especificações técnicas mínimas objetivas Veículo zero km, cabine dupla, 4x2, motor flex 1.0-2.0, mínimo 4 portas, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica, capacidade 5 ocupantes, consumo mínimo 10 km/L (cidade), peso bruto ≤ 2.000 kg, baú/rédi pequeno opcional. Cor Branca.			
02	01	Unidade	<b>AUTOMÓVEL BÁSICO</b> Veículo zero quilômetro; tipo hatch - Especificações técnicas mínimas objetivas Veículo zero km, 4 portas, motor flex 1.0-1.6, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica, 4-5 ocupantes, consumo mínimo 11 km/L (cidade), peso bruto ≤ 1.500 kg. Cor Preta.			

**TOTAL**

**Valor Total Por Extenso:** \_\_\_\_\_.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações que constam no Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil.

No preço acima estão consideradas todas as exigências contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o custo do (s) objeto (s).

A validade dos preços e condições desta proposta é de **60 (sessenta) dias** a contar da data de abertura da Sessão de Julgamento do referido Pregão Eletrônico.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Representante legal da empresa**

**Obs.:** Havendo divergência entre as especificações do **catálogo - compras.gov.br** e o descritivo constante no Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Edital.



**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

**Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE TANGUÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_ e a firma \_\_\_\_\_, visando a \_\_\_\_\_, objeto da Licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, na forma abaixo:**

O MUNICÍPIO DE TANGUÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.089/0001-00, estabelecido na Rua Vereador Manoel Macedo, 68 - Centro, nesta Cidade, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, ORDEM PÚBLICA E DEFESA CIVIL**, doravante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, pelo Excelentíssimo Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu gestor \_\_\_\_\_ inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, Portaria nº. \_\_\_\_/2025, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, e, de outro lado a firma \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, representada por \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, têm entre si na conformidade do que consta no **processo administrativo nº 1891/2025** e da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024, com base no que dispõe o artigo 28, I, da Lei 14.133/2021, justo e acordado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PRAZO**

1.1 O presente contrato tem por objeto a \_\_\_\_\_, conforme especificações técnicas indicadas no edital e nos seus anexos e respectiva Nota de Empenho nº \_\_\_\_2026.

1.2 Este objeto deverá ser entregue, obedecendo, fiel e integralmente a todas as exigências, normas, itens, elementos, especificações, condições gerais e especiais, e instruções fornecidas pela administração ou constantes do processo.

1.3 Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante a execução do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

1.4 - O prazo de vigência do Contrato é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme Artigo nº 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.



## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA**

2.1 - O objeto da contratação deverá ser entregue pela CONTRATADA, \_\_\_\_\_ (**parceladamente ou integralmente**), de acordo com pedido efetuado pela Contratante.

2.1.1- A entrega deverá ser iniciada em até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias a partir da Ordem de Fornecimento.

2.2 -A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Contratada ou pelo Gestor do Contrato, que deverá além de acompanhar e fiscalizar, atestar as Notas Fiscais/Faturas dos mesmos, desde que tenham sido executados a contento.

2.3 - As despesas relacionadas ao objeto deste Contrato correrão inteira e exclusivamente por conta da CONTRATADA, sendo consideradas inclusas no valor contratado.

2.4 - Caso ocorram irregularidades na execução do objeto contratado, serão adotados os seguintes procedimentos:

2.4.1 - Será emitido pelo município um documento formal e protocolado junto à CONTRATADA onde contará o motivo pela recusa ou da irregularidade apresentada, podendo a CONTRATADA em até 5 (cinco) dias úteis efetuar o devido reparo ou protocolar sua defesa;

2.4.2 - Caso ocorram irregularidades não regularizadas durante a vigência do Contrato, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA sobre os fatos geradores apontados pela Secretaria requisitante;

2.4.3 - Tendo sido notificado e a CONTRATADA incorrer novamente no descumprimento das cláusulas listadas, serão adotadas as medidas cabíveis e dentro da legislação sobre o assunto, conforme dispõe o Termo de Referência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO**

3.1 - O valor global do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), a ser pago em até 30 (trinta dias) após cada entrega do material.

3.1.1 - O pagamento somente será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dias com suas obrigações para com o sistema social, mediante apresentação das Certidões Negativa de Débitos com o INSS e com o FGTS e apresentação das demais certidões que assegurem sua regularidade fiscal e trabalhista.

3.1.2 - O Gestor/Fiscal do Contrato por parte do Município atestará a Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA relativa a cada ordem de fornecimento.

3.2 - Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá protocolar a fatura na Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, apresentando a nota fiscal com os quantitativos e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestada pelo Gestor do Contrato.

3.3 - Cada pagamento será efetuado após a comprovação, pela CONTRATADA, de que se encontra em dia com suas obrigações.

## **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1 - As despesas do presente Contrato correrão à conta da seguinte Despesa Orçamentária: \_\_\_\_\_, Ficha: \_\_\_\_\_, Fonte: \_\_\_\_\_ do orçamento vigente para o corrente exercício.



### **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

5.1- O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência do contrato.

### **CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

6.1.1- Arcar com todas as despesas, incluindo custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, ou seja, todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

6.1.2 - Entregar os materiais nas quantidades e especificações demandadas pelo município de acordo com este contrato, o edital e todos os seus, efetuando a substituição em caso de defeito;

6.1.3 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas exigências, desde que compatíveis com as desse termo, deverá obrigatoriamente atender;

6.1.4 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto contratado. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de qualquer responsabilidade;

6.1.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho.

6.1.6 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução e ou fabricação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 - Sem prejuízo das obrigações assumidas pela CONTRATANTE nos termos do Termo de Referência, ora ratificadas, a CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

7.1.2 - Designar fiscal para acompanhar a fiel execução do respectivo termo contratual, ficando todo e qualquer pagamento submetido à certificação da Secretaria do Município e adequada execução do objeto que trata esta contratação.

7.1.3 - Rejeitar, no todo em parte, os produtos/materiais entregues em desacordo com este edital e o Contrato.

7.1.4 - Realizar o pagamento do Contrato, na forma e nos prazos pactuados.

7.1.5 - Emitir as Ordens de Compras (OC), assinadas pela autoridade competente.

7.1.6 - Designar um profissional habilitado em condições de tomada de decisão para acompanhar e dar apoio a todas as fases de implantação da execução do objeto deste certame.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 155 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;



- b) Multa de mora;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 03 (três) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

9.1- O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto neste instrumento.

9.1.1- Ficarà o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO**

10.1 - Caberá à **CONTRATANTE** providenciar, por sua conta, a publicação resumida desde instrumento de contrato e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme estabelece o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

11.1 - Consideram-se integrante do presente contratual, os termos do Edital de Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_/2026 e seus anexos, a proposta da **CONTRATADA**, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

12.1 - Fica reservado a fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento objeto deste Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

13.2 - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1 - A CONTRATADA obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Contrato e elege para foro do Contrato o da Comarca do Município de Itaboraí, com expressa renúncia a qualquer outro, por privilegiado que seja.

Tanguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

CONTRATADA

Representante: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



**ANEXO - III - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**BENS COMUNS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1891/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**PREÂMBULO**

O presente Termo de Referência, enquanto documento necessário para a contratação de bens e serviços tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concerning às contratações públicas, em especial ao artigo 18, inciso II da Lei Federal n. 14.133/2021, e contém todos os parâmetros e elementos descritivos constantes do inciso XXIII do artigo 6º da mesma lei e normatiza, disciplina e define os elementos que nortearão a contratação.

**1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO (Artigo 6º, XXIII, “a” da Lei 14.133/2021)**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de 02 (dois) veículos automotores novos (zero quilômetro), destinados ao atendimento das demandas operacionais do Departamento de Trânsito do Município de Tanguá, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Quant.
1	<b>AUTOMÓVEL BÁSICO</b> Veículo zero quilômetro; tipo pick up compacta - Especificações técnicas mínimas objetivas Veículo zero km, cabine dupla, 4x2, motor flex 1.0-2.0, mínimo 4 portas, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica, capacidade 5 ocupantes, consumo mínimo 10 km/L (cidade), peso bruto ≤ 2.000 kg, baú/rédi pequeno opcional. Cor Branca.	1
2	<b>AUTOMÓVEL BÁSICO</b> Veículo zero quilômetro; tipo hatch - Especificações técnicas mínimas objetivas Veículo zero km, 4 portas, motor flex 1.0-1.6, ar-condicionado, direção	1



	hidráulica/elétrica, 4-5 ocupantes, consumo mínimo 11 km/L (cidade), peso bruto ≤ 1.500 kg. Cor Preta.	
--	--	--

**1.2.** Os bens objeto desta contratação são classificados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, e art. 20 da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.3.** Os quantitativos, bem como a metodologia de estimativa, encontram-se detalhados no Estudo Técnico Preliminar, que integra o presente Termo de Referência como apêndice.

**1.4.** O prazo de vigência contratual será de até **06 (seis) meses**, contados da publicação do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, limitado à entrega definitiva do objeto e ao pagamento correspondente.

**1.5.** Tratando-se de contratação por escopo predefinido, caso a execução não seja concluída no prazo inicialmente previsto, a vigência poderá ser automaticamente prorrogada, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

## **2. DA JUSTIFICATIVA/ DA FINALIDADE / DA FUNDAMENTAÇÃO (Artigo 6º, XXIII, “b” da Lei 14.133/2021)**

2.1. A presente contratação tem por finalidade suprir a necessidade de transporte adequado para as equipes técnicas do Setor de Trânsito, vinculado à Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil, possibilitando o pleno desempenho de suas atribuições institucionais no território do Município de Tanguá.

2.2. Atualmente, a insuficiência de veículos próprios compromete o deslocamento das equipes para ações de fiscalização, sinalização, orientação do tráfego e atendimento às demandas operacionais, especialmente em áreas mais afastadas, o que impacta negativamente a eficiência, a capilaridade e a continuidade dos serviços públicos prestados à população. A aquisição dos veículos permitirá a ampliação da capacidade operacional, conferindo maior agilidade, segurança e efetividade às ações de trânsito, em benefício direto do interesse público.

2.3. A fundamentação técnica, econômica e administrativa da contratação, bem como a análise das alternativas possíveis e a definição da solução mais adequada, encontram-se detalhadamente descritas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra o presente processo e constitui apêndice deste Termo de Referência.



2.4. O objeto da contratação encontra-se devidamente alinhado ao planejamento institucional e orçamentário do Município, estando compatível com o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como com o Plano de Trabalho vinculado à Emenda Parlamentar que viabiliza os recursos financeiros para a aquisição, devidamente aprovado pelos órgãos competentes, em observância aos princípios do planejamento, da legalidade e da eficiência administrativa.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (Artigo 6º, XXIII, “c” da Lei 14.133/2021)**

3.1. Consideradas as alternativas disponíveis no mercado, bem como as formas de contratação admitidas pela legislação vigente, conclui-se que a solução mais adequada para atender à necessidade da Administração consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de veículos automotores novos, por meio de Pregão Eletrônico, não se aplicando o Sistema de Registro de Preços, tendo em vista a existência de quantitativo previamente definido e a utilização de recursos oriundos de Convênio de Políticas Públicas destinados especificamente à aquisição do objeto.

3.2. A solução adotada contempla o ciclo de vida completo do objeto, abrangendo:

I – a aquisição de veículos zero quilômetro, em conformidade com as especificações técnicas e padrões usuais de mercado;

II – o período de uso operacional, com vistas à melhoria da mobilidade e da eficiência das equipes do Setor de Trânsito;

III – a redução de custos de manutenção, especialmente durante o período de garantia de fábrica, considerando a menor incidência de falhas mecânicas em veículos novos;

IV – a vida útil estimada compatível com as necessidades institucionais da Secretaria; e

V – a observância de critérios de eficiência energética e menor impacto ambiental, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar.

3.3. As especificações técnicas mínimas dos veículos foram definidas de forma objetiva, sem direcionamento a marcas ou modelos específicos, observando-se os padrões usuais de mercado e a finalidade institucional do objeto, de modo a assegurar a competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.4. A descrição detalhada da solução, bem como a análise comparativa das alternativas consideradas, encontram-se pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra



o presente processo e constitui apêndice deste Termo de Referência.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Artigo 6º, XXIII, “d” da Lei 14.133/2021)**

##### **4.1. Sustentabilidade:**

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis especialmente quanto a:

- a) preferência por veículos com maior eficiência energética e menor consumo de combustível;
- b) atendimento a padrões de controle de emissão de poluentes, conforme a legislação ambiental vigente;
- c) maior vida útil do bem, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;
- d) utilização de tecnologias que contribuam para a redução de impactos ambientais durante a fase de uso do veículo.

##### **4.2. Da exigência de Atestado de Capacidade Técnica**

4.2.1. Será exigida a apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de veículos automotores.

##### **4.3. Subcontratação**

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a natureza do fornecimento pretendido.

##### **4.4. Garantia da contratação**

4.4.1. Não será exigida garantia contratual prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, permanecendo válida, contudo, a garantia de fábrica dos veículos, nos termos definidos no Termo de Referência e na proposta da contratada.

##### **4.5. Das Condições de Habilitação e Obrigações da Fornecedora**

4.5.1. A empresa fornecedora deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) ser pessoa jurídica legalmente constituída;
- b) comprovar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente;
- c) apresentar proposta técnica e comercial em conformidade com este Termo de Referência;
- d) entregar os veículos novos, zero quilômetro, em perfeito estado de funcionamento e com toda a documentação exigida;
- e) garantir assistência técnica autorizada durante todo o período de garantia;



f) cumprir integralmente os prazos, condições e obrigações estabelecidas neste instrumento o e no contrato.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Artigo 6º, XXIII, “e” da Lei 14.133/2021)**

5.1. A execução do objeto dar-se-á por meio de contrato administrativo, mediante o fornecimento de veículos automotores novos, conforme especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e seus anexos, observadas as condições estabelecidas na proposta da contratada e no instrumento contratual.

### **5.2. Condições de Entrega**

5.2.1. O prazo para entrega dos veículos será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2.2. Os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, ano/modelo não inferior ao da contratação, devidamente emplacados, licenciados e com todos os tributos incidentes quitados, em nome do Município de Tanguá, prontos para uso imediato.

5.2.3. A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Administração, em dias úteis e horário previamente agendado com o fiscal do contrato.

### **5.3. Especificações Mínimas dos Veículos**

5.3.1. Os veículos fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas previstas no Item 1 deste Termo de Referência, bem como às exigências legais e normativas aplicáveis, especialmente às disposições do Código de Trânsito Brasileiro e do CONTRAN.

5.3.2. Serão aceitos veículos com características técnicas equivalentes ou superiores às especificadas, desde que compatíveis com a finalidade institucional do objeto e devidamente comprovadas na proposta.

#### **5.3.3 Especificações técnicas mínimas detalhadas:**

- Item 1: (Pick-up compacta): Veículo zero km, cabine dupla, 4x2, motor flex 1.0-2.0, mínimo 4 portas, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica, capacidade 5 ocupantes, consumo mínimo 10 km/L (cidade), peso bruto ≤ 2.000 kg, baú/rédi pequeno opcional. Cor Branca.
- Item 2: (Hatch compacto): Veículo zero km, 4 portas, motor flex 1.0-1.6, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica, 4-5 ocupantes, consumo mínimo 11 km/L (cidade), peso bruto ≤ 1.500 kg. Cor Preta.

### **5.4. Padronização Visual Institucional**



5.4.1. O veículo do item 1 deverá ser entregue com identificação visual institucional do Setor de Trânsito e do Município de Tanguá, mediante adesivagem e com acessório de giroflex na cor vermelha e strobo na parte frontal e traseira. Já o veículo de item 2 deverá ter o acessório de 2 (dois) giroflex (barra de led) no para-brisa dianteiro na parte interna e 2 (dois) giroflex (barra de led) colados no para-brisa traseiro na parte interna e strobo na parte dianteira e traseira do veículo, tendo em vista a se tratar de carro reservado.

5.4.2. A adesivagem deverá utilizar materiais de boa qualidade e durabilidade, compatíveis com os padrões praticados no mercado, respeitando a legislação de trânsito vigente e o manual de identidade visual do Município, quando existente.

## **6. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

6.1. Os veículos deverão possuir garantia mínima de fábrica: 24 meses motor/câmbio, 12 meses demais sistemas, contados da data do recebimento definitivo.

6.1.2. A garantia compreenderá cobertura integral contra defeitos de fabricação e montagem, incluindo motor, transmissão, suspensão e sistemas elétricos e eletrônicos, conforme política vigente da montadora.

### **6.2. Assistência Técnica**

6.2.1. A contratada deverá assegurar assistência técnica autorizada da marca, durante todo o período de garantia, em concessionárias localizadas em território nacional.

### **6.3. Responsabilidade Pós-Entrega**

6.3.1. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade pela qualidade, segurança e adequação dos bens fornecidos, nos termos da legislação vigente.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Artigo 6º, XXIII, “f” da Lei 14.133/2021)**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, o edital, seus anexos e as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Na hipótese de ocorrência de impedimento, paralisação ou suspensão da execução contratual por fato superveniente, devidamente comprovado e formalizado no processo administrativo, o cronograma de execução poderá ser ajustado pelo prazo estritamente necessário à recomposição do equilíbrio da execução, mediante apostilamento ou termo aditivo, conforme o caso, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



7.3. As comunicações entre a Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil e a contratada deverão ser realizadas, preferencialmente, por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos, desde que assegurada a formalização, rastreabilidade e a juntada aos autos do processo administrativo.

7.4. A Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil poderá convocar representante formal da contratada sempre que necessário para a adoção de providências imediatas relacionadas à execução contratual.

#### **7.5. Fiscalização**

7.5.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato e seus substitutos, designados por Portaria publicada no Diário Oficial do Município, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes, entre outras atribuições:

- Atestar o recebimento provisório e definitivo dos veículos;
- Verificar a conformidade do objeto com as especificações técnicas e contratuais;
- Solicitar correções, ajustes ou substituições, quando necessário;
- Controlar prazos e o cumprimento das obrigações contratuais;
- Registrar formalmente todas as ocorrências relevantes durante a execução do contrato.

##### **7.5.2. Fiscalização Técnica**

7.5.2.1. A fiscalização técnica consistirá na verificação da conformidade dos veículos entregues com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, incluindo aspectos funcionais, visuais, de segurança, garantia e padronização, não havendo necessidade de fiscalização técnica especializada diversa daquela exercida pelo fiscal do contrato.

##### **7.5.3. Fiscalização Administrativa**

7.5.3.1. O fiscal administrativo do contrato será responsável por verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar os procedimentos de empenho, liquidação e pagamento, bem como as garantias, glosas, apostilamentos e termos aditivos, solicitando, quando necessário, documentos comprobatórios pertinentes.

7.5.3.2. Constatado descumprimento contratual, o fiscal administrativo adotará as providências cabíveis de forma tempestiva, comunicando o gestor do contrato quando a situação extrapolar sua competência.

##### **7.5.4. Gestor do Contrato**



7.5.4.1. O gestor do contrato será responsável por coordenar o acompanhamento global da execução contratual, mantendo atualizado o histórico de gerenciamento do contrato, com registros formais das ocorrências, alterações, prorrogações e demais eventos relevantes.

7.5.4.2. Compete ao gestor do contrato acompanhar os registros efetuados pelos fiscais, consolidar as informações e submeter à autoridade competente aquelas situações que demandem decisão superior.

7.5.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando, quando existentes, riscos e ocorrências que impactem o fluxo normal da execução, em consonância com a Matriz de Riscos constante do Estudo Técnico Preliminar.

7.5.4.4. O gestor do contrato adotará as providências necessárias para a instauração de processo administrativo de responsabilização, visando à aplicação de sanções, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, quando cabível.

7.5.4.5. Caberá ao gestor do contrato encaminhar ao setor competente a documentação necessária à liquidação e ao pagamento da despesa, conforme atestado pela fiscalização e nos limites estabelecidos contratualmente.

## **8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **8.1. Recebimento**

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados pelo servidor responsável, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. Após recebimento provisório, o bem será recebido definitivamente, mediante a verificação das especificações dos veículos e sua consequente aceitação, por intermédio de Termo Definitivo de Recebimento, assinado pelas partes ou Atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil;



8.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto as especificações e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 8.2. Liquidação

8.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



8.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.5. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação justo ao Fisco e/ou SICAF.

### 8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será realizado no 20º (vigésimo) dia, a partir da data de adimplemento.

### 8.4. Forma de pagamento

8.4.1 Pelo fornecimento do objeto da presente licitação, a contratante efetuará o pagamento à contratada, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada por 02 servidores, não sendo o ordenador de despesas;

8.4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



8.4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO (Artigo 6º, XXIII, “h” da Lei 14.133/2021)**

### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1.1. A seleção do fornecedor dar-se-á por meio de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o **Menor Preço Unitário**, conforme disposto no art. 33, inciso I, do mesmo diploma legal.

### **9.2. Forma de fornecimento**

9.2.1. O fornecimento do objeto será realizado de forma **integral**, em parcela única, conforme as condições, prazos e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

## **10. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO / REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO (Artigo 6º, XXIII, “d” da Lei 14.133/2021)**

Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar o atendimento aos requisitos jurídicos, fiscais, trabalhistas, econômico-financeiros e técnicos, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

### **10.1. Habilitação jurídica**

I - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



IV - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da respectiva consolidação.

#### **10.2. Habilitação fiscal, Social e Trabalhista**

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



VII - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **10.3. Qualificação Econômico-Financeira**

I - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.3.1. Não será exigida a apresentação de balanço patrimonial, índices contábeis ou garantias adicionais, por se tratar de fornecimento de bens comuns, com baixo risco econômico-financeiro para a Administração.

### **10.4. Qualificação Técnica**

10.4.1. Conforme consta no item 4.2 deste Termo de Referência, O licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução anterior de objeto pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, demonstrando aptidão para o fornecimento de veículos automotores.

## **11. DA ESTIMATIVA DE VALOR (Artigo 6º, XXIII, “i” da Lei 14.133/2021)**

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil) conforme custos unitários apostos no ETP, apêndice deste termo de referência.

11.2. Entretanto, o valor estimado desta aquisição será aferido pelo Departamento de Compras.

## **12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Artigo 6º, XXIII, “j” da Lei 14.133/2021)**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura do Município de Tanguá, advindo de Emenda Parlamentar.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria de Segurança Pública

II) Fonte de Recursos: 17060000

III) Programa de Trabalho: 16.001.001.06.181.0004.1167 – Aquisição de Viatura para a Guarda Municipal

IV) Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente



V) Detalhamento: 4.4.90.52.99.00 – Outros Equipamentos e Materiais Permanentes

VI) Ficha: 770

VII) Modalidade de empenho: Global

### **13. LOCAL DE ENTREGA**

13.1. A entrega dos veículos deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado do Município de Tanguá, situado na Rua Silva Souza dos Santos, Lote 12, Quadra 02, Chácaras do Pinhão, Tanguá/RJ, no horário das 08h às 17h, em dias úteis.

13.2. A entrega será realizada por conta e risco da contratada, incluindo todas as despesas com transporte, seguro, encargos, tributos, emplacamento, licenciamento e demais custos necessários até a efetiva entrega dos veículos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.3. Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente emplacados, licenciados e acompanhados da documentação exigida, estando sujeitos à conferência e ao recebimento provisório e definitivo pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das disposições contratuais.

### **14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

14.1. Comunicar formalmente à Administração, por meio do fiscal ou gestor do contrato, qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento dos prazos, a qualidade ou a regular execução do fornecimento dos veículos, adotando as providências necessárias à sua imediata regularização.

14.2. Fornecer os veículos em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições, prazos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e em seus anexos.

14.3. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

14.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todas as despesas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, seguros, transporte, emplacamento, licenciamento e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento do objeto, os quais deverão estar inclusos no preço contratado, não sendo devidos pagamentos adicionais.



14.5. Cumprir integralmente as disposições legais e regulamentares aplicáveis à execução do contrato, respondendo por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua atuação ou omissão.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

15.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa executar o objeto de forma regular, eficiente e em conformidade com as disposições deste Termo de Referência e do contrato.

15.2. Designar formalmente, por meio de Portaria publicada em órgão oficial, o gestor e o(s) fiscal(is) do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes o acompanhamento, a fiscalização e o controle da execução contratual.

15.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente quanto aos prazos, às especificações técnicas, à qualidade dos veículos entregues e à regularidade da documentação.

15.4. Receber provisória e definitivamente os veículos fornecidos, após a verificação da conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e em seus anexos, rejeitando, no todo ou em parte, aqueles que estiverem em desacordo.

15.5. Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades constatadas na execução do contrato, fixando prazo para correção, quando cabível, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

15.6. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições, prazos e valores estabelecidos no contrato, após a regular liquidação da despesa, observada a legislação financeira e orçamentária aplicável.

15.7. Fornecer à contratada todas as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, quando solicitados e desde que pertinentes ao contrato.

15.8. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na hipótese de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.9. Zelar pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando as providências legais cabíveis em caso de fatos supervenientes que o afetem, na forma da legislação vigente.



## **16 – DAS PENALIDADES:**

As penalidades sujeitas à empresa inadimplente:

16.1 - Em caso de atraso na entrega dos equipamentos objeto do presente Termo de Referência, nos dias, local e horário estipulado em contrato, será aplicada a multa de 0,3% (três décimo por cento) por dia por atraso injustificado, até o limite de 10% a ser calculada sobre o valor total do contrato;

16.2 - Não se aplica a multa referida no item 16.1, em casos fortuitos ou de força maior, condicionado a contratada a apresentar justificativa por escrito em até 24 (vinte e quatro) horas antes do fornecimento do material.

16.3 - Na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga à empresa licitante contratada;

16.4 - Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto do contrato poderá a Administração Municipal, garantida prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo de até 2 (dois) anos;

16.5 - A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual;

16.6 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma prevista da lei;

16.7 - As penalidades previstas neste tópico não excluem outras decorrentes na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

## **17 - MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

**(Art. 6º, XXIII, “k”, c/c art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021)**

<b>Fase do Processo</b>	<b>Risco Identificado</b>	<b>Descrição do Risco</b>	<b>Probabilidade</b>	<b>Impacto</b>	<b>Classificação</b>	<b>Medidas Preventivas Previstas no TR</b>	<b>Responsável</b>
Planejamento da Contratação	Orçamento estimado incompatível com o mercado	A estimativa de preços pode não refletir os valores praticados no mercado, comprometendo a competitividade ou a vantajosidade da contratação	Média	Alto	Médio	Pesquisa de preços realizada com base em fontes oficiais e idôneas (PNCP, Tabela FIPE e contratações similares), nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021	Área Requisitante
Planejamento da Contratação	Especificação técnica restritiva	Definição de requisitos técnicos excessivos que possam restringir a competitividade do certame	Baixa	Alto	Médio	Especificações mínimas, funcionais e compatíveis com padrões usuais de mercado, vedada a indicação de marca	Área Técnica



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, ORDEM PÚBLICA E DEFESA CIVIL**

Processo nº. 1891/2025

Rubrica: \_\_\_\_ Fls. \_\_\_\_

Fase do Processo	Risco Identificado	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação	Medidas Preventivas Previstas no TR	Responsável
Procedimento Licitatório	Ausência de propostas válidas	Inexistência de propostas ou apresentação de propostas com valores superiores ao orçamento estimado	Média	Médio	Médio	Definição adequada do valor estimado; ampla divulgação do edital	Pregoeiro
Procedimento Licitatório	Seleção de fornecedor sem capacidade adequada	Risco de contratação de fornecedor que não atenda plenamente às condições de habilitação	Baixa	Alto	Médio	Exigência de habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica, conforme previsto neste Termo de Referência	Pregoeiro
Execução Contratual	Atraso na entrega dos veículos	Descumprimento do prazo de entrega estabelecido no contrato	Média	Alto	Médio	Estabelecimento de prazo contratual definido; previsão de sanções administrativas em caso de atraso	Fiscal do Contrato
Execução Contratual	Entrega em desconformidade com as especificações	Fornecimento de veículos em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência	Baixa	Alto	Médio	Recebimento provisório e definitivo mediante verificação de conformidade técnica	Fiscal do Contrato
Execução Contratual	Irregularidade na documentação dos veículos	Entrega dos veículos sem emplacamento, licenciamento ou documentação exigida	Baixa	Médio	Baixo	Exigência expressa no Termo de Referência de entrega com documentação regular	Fiscal do Contrato
Pós-recebimento	Problemas na garantia e assistência técnica	Dificuldade na utilização da garantia ou na prestação de assistência técnica durante o período de cobertura	Baixa	Médio	Baixo	Exigência de garantia mínima de fábrica e assistência técnica autorizada	Gestor do Contrato

17.1. Os riscos mapeados são inerentes à contratação pretendida, encontram-se adequadamente identificados e tratados no âmbito deste Termo de Referência, e não comprometem a viabilidade, a legalidade e a vantajosidade da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das orientações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ.

## **18 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

18.1. As empresas licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência.

18.2. Os casos omissos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei nº. 14.133/2021.



**ANEXO - IV - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	01	Unidade	<b>AUTOMÓVEL BÁSICO</b> Veículo zero quilômetro; tipo pick up compacta - Especificações técnicas mínimas objetivas Veículo zero km, cabine dupla, 4x2, motor flex 1.0-2.0, mínimo 4 portas, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica, capacidade 5 ocupantes, consumo mínimo 10 km/L (cidade), peso bruto ≤ 2.000 kg, baú/rédi pequeno opcional. Cor Branca.		130.980,00	130.980,00
02	01	Unidade	<b>AUTOMÓVEL BÁSICO</b> Veículo zero quilômetro; tipo hatch - Especificações técnicas mínimas objetivas Veículo zero km, 4 portas, motor flex 1.0-1.6, ar-condicionado, direção hidráulica/elétrica, 4-5 ocupantes, consumo mínimo 11 km/L (cidade), peso bruto ≤ 1.500 kg. Cor Preta.		94.790,00	94.790,00

**TOTAL 225.770,00**

**Valor Total Por Extenso:** Duzentos e vinte e cinco mil e setecentos e setenta reais.